Câmara Municipal - Colorado do Oeste - RO
Processo Legislativo
N.º 003
Fl. 53

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
PODER EXECUTIVO

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MUNICÍPIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 002 COLORADO DO OESTE, 16 DE DEZEMBRO DE 1.991

INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Colorado do Oeste, no uso de suas atribuições legais, Faço saber qua a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, promulgo e publico a seguinte

L E I:

TITULO I
DAS DIRETRIZES GERAIS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A política de desenvolvimento do Município, de que trata o artigo 182 da Constituição Federal e Art. 119 da Lei Orgânica Municipal, será pelas diretrizes e demais dispositivos constantes desta Lei de Política Urbana e Rural, instituindo-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município.

Art. 2º - Entende-se por Política Urbana o conjunto de princípios e ações que tenham como adjetivo assegurar a todos o direito à cidade e à integração desta com o meio rural.

Art. 3º - Entende-se por Política Rural o conjunto de princípio e ações que tenham como objetivo o desenvolvimento da zona rural e agropecuária e assegurar a todos o direito ao campo e a integração deste à Cidade.

Art. 4º - Entende-se como garantia de direito à Cidade o conjunto de medidas que provam a melhoria da qualidade de vida mediante o adequado ordenamento do espaço e a fruição dos bens, serviços e equipamentos comunitários por todos os habitantes da cidade.

Art. 5º - Entende-se como garantia do direito ao campo o conjunto de medidas que promovam a melhoria da qualidade de vida mediante o adequado ordenamento do espaço rural e a fruição dos bens, serviços e equipamentos comunitários rurais e urbanos por todos os habitantes da zona rural.

Art. 6º - Entende-se por urbanismo o conjunto de ações promotoras e corretivas da organização do espaço urbano de modo a permitir sua adequada fruição pelo homem, preservando-o do processo de espoliação urbana.

Art. 7º - Entende-se por direito urbanístico o conjunto

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - Ro
Processo Legislativo
N.º 003
Fl. 54

de preceitos que disciplinam ou limitam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos.

Art. 8º - Constituem objeto da Política Urbana:
I - o direito dos agentes coletivos à cidade;
II - as inter-relações entre o urbano e o rural;
III - a distribuição social dos serviços públicos e dos equipamentos comunitários;
IV - o processo de produção do espaço urbano;
V - a ordenação da ocupação, do uso e da expansão do território urbano;
VI - a função social da propriedade.

Art. 9º - Constituem objeto da Política Rural:
I - o direito dos agentes coletivos ao campo;
II - as inter-relações entre o urbano e o rural;
III - a distribuição social dos serviços públicos e dos equipamentos comunitários;
IV - a produção das vias de transporte;
V - a disciplina e fiscalização dos meios de transportes coletivos e interativos do campo e da cidade;
VI - a função social da propriedade.

CAPÍTULO II
DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 10 - Para que a propriedade imobiliária urbana e rural cumpra a sua função social, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município atenderá especialmente:
I - a democratização das oportunidades de acesso à propriedade urbana, rural e à moradia;
II - a justa distribuição dos benefícios e dos ônus do processo de desenvolvimento urbano e rural;
III - ao ajustamento da valorização da propriedade urbana e rural às exigências sociais;
IV - a correção das distorções de valorização do solo urbano;
V - a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
VI - a adequação do direito de construir às normas urbanísticas, aos interesses sociais e aos padrões mínimos de construção estabelecidos nesta Lei.

Art. 11 - Constituem abuso de direito e da função social da propriedade:
I - retenção especulativa, em áreas que prejudiquem o desenvolvimento do solo urbano, não construindo ou, por qualquer outra forma, deixando-o imobilizado ou não utilizado;
II - retenção especulativa ou não do solo rural, não criando ou produzindo;
III - recusa de oferecer à locação sob qualquer pretexto, imóveis residenciais não necessários à habitação do proprietário ou de seus dependentes;
IV - manobras especulativas que visem à extorsão de pre-

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - Ro
Processo Legislativo
Nº 003
Fls. 55

ços de venda ou locação;

V - construção ou reconversão, que implique na venda ou locação de habitações para a população de baixa renda, com padrões inferiores aos estabelecidos;

VI - posse ou domínio de área urbana excedente ao máximo fixado em módulo pela Lei de Parcelamento de Solo.

Art. 12 - O desrespeito à função social da propriedade será punido, pelo Poder Público Municipal mediante operação sucessiva dos instrumentos enunciados nesta Lei.

CAPÍTULO III
DAS LEIS INTEGRANTES

Art. 13 - São Leis Integrantes do presente Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, as seguintes:

I - Código Tributário, através da progressividade e regressividade que o Poder Executivo fica autorizado a promover relativamente ao ITU e IPU;

II - Código de Obras;

III - Lei de Perímetro Urbano;

IV - Lei de Zoneamento;

V - Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

TITULO II
DO PLANO URBANISTICO

CAPÍTULO I
DAS RUAS E AVENIDAS

Art. 14 - Ficam definidas como principais Avenidas e transversais, as seguintes Avenidas:

I - Av. Paulo de Assis Ribeiro;

II - Av. Vilhena;

III - Av. Tocantins;

IV - Av. Solimões;

V - Av. Marechal Rondon;

VI - Rua Raposo Tavares, que passa a Avenida;

VII - Av. Tapajós;

VIII - Rua Pariri, que passa a Avenida;

IX - Rua Pernambuco e Rua Xavantes, que passam a Avenida

Parágrafo único - As Avenidas referidas no caput deste Artigo, constantes do Mapa que constitui o Anexo I desta Lei, designadas pelos números 1 a 9.

Art. 15 - Ficam definidas como de contorno e rotatórias as seguintes Avenidas:

I - Rotatória 1 - Tem início na Avenida Rio Negro, na intersecção com a Rua Cerejeiras; segue pela Avenida Rio Negro até a intersecção com a Rua Tupi; segue pela Rua Tupi até a intersecção com a Rua Rio de Janeiro; segue pela Rua Rio de Janeiro até a intersecção com a Avenida Guaporé; segue pela Avenida Guaporé até a intersecção com a Rua Corumbia-

Câmara Municipal - Colorado do Oeste
Processo Legislativo
Nº 003
Fl. 56

ria; segue por esta e pela Rua Cerejeiras até a intersecção com a Avenida Rio Negro;

II - Rotatória 2 - Começa na Avenida Trombetas, intersecção com a Rua Cabriúva; segue pela Avenida Trombetas até a intersecção com a Rua Guaicurus; segue pela Rua Guaicurus e Rua Amapá até a intersecção com a Avenida das Chácaras; segue pela Avenida das Chácaras até a intersecção com a Rua Bartolomeu Bueno e Rua Cabriúva até a intersecção com a Avenida Trombetas;

III - Rotatória 3 - Contorna todas as confrontações externas da Zona de Expansão Urbana.

Parágrafo 1º - Todas as Ruas referidas nas descrições do Caput deste Artigo passam a Avenidas.

Parágrafo 2º - As Avenidas rotatórias definidas no Caput deste Artigo são constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 16 - As avenidas principais, rotatórias e transversais terão uma largura mínima de 30 (trinta) metros.

Parágrafo único - As avenidas principais, transversais e rotatórias, definidas nesta Lei, poderão permanecer com o dimensionamento atual, devendo ser ampliado sempre que a segurança do trânsito, a critério do órgão próprio do Município, assim determinar.

Art. 17 - As calçadas das ruas e avenidas terão uma largura mínima de 1,50 mt. (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo 1º - As calçadas serão construídas pelos proprietários dos terrenos lindeiros, às suas expensas, devendo dispor de arborização plantada pelo Município.

Parágrafo 2º - Os meio-fios e as sargetas serão edificadas pelo Município, mediante cobrança da Contribuição de Melhoria que será paga pelos proprietários lindeiros dos terrenos.

Parágrafo 3º - Os canteiros centrais das Avenidas serão executados pelo Município, às suas expensas, vedada a cobrança de Contribuição de Melhoria.

Parágrafo 4º - Os canteiros centrais das Avenidas serão ajardinados e arborizados.

Art. 18 - O Município deverá dotar todas as Ruas e Avenidas constantes da planta original da Cidade, no prazo de dez 10 (anos), de sarjetas, meio-fios e galerias pluviais, mediante a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários lindeiros, vedada a cobrança do custo das galerias pluviais.

Parágrafo único - Executadas, pelo Município, as sarjetas, meio-fios e galerias pluviais, terão os proprietários lindeiros um prazo de 02 (dois) anos para a construção de calçadas.

Art. 19 - Nas Ruas e Avenidas já dotadas de meio-fios, sarjetas e galerias pluviais, terão os proprietários um prazo de 02 (dois) anos para construção de calçadas.

Art. 20 - As Avenidas principais, transversais, rotatórias 1 e 2 e as Ruas e Avenidas integrantes das Zonas Comerciais, deverão

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - RO
Legislativo
N.º 003
Fl. 57

ser calçadas no prazo de 10 (dez) anos.

Art. 21 - As Ruas e Avenidas integrantes das Zonas Industriais deverão ser calçadas no prazo de 15 (quinze) anos.

Art. 22 - Todas as Ruas e Avenidas integrantes da área urbana deverão ser calçadas no prazo de 30 (trinta) anos.

Art. 23 - Todas as Ruas e Avenidas da área urbana já abertas deverão ser arborizadas no prazo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Todas as demais Ruas e Avenidas da Área urbana deverão ser arborizadas no prazo de 10 (dez) anos.

Art. 24 - As obras que competirem aos proprietários lindeiros, não sendo executadas nos prazos fixados nesta Lei, se-lo-ão pelo Município, mediante a cobrança de seu custo, acrescida de 30% (trinta por cento) de seu valor, a título de multa.

Parágrafo Único - Não tendo o proprietário lindeiro capacidade para pagamento imediato da obra, poderá o Município parcelar a dívida em até 60 (sessenta) parcelas, acrescido o valor original de juros e correção do valor pelo índice vigente.

CAPÍTULO II
DOS LOTES DE TERRENOS DAS ZONAS RESIDENCIAIS

Art. 25 - Os lotes de terreno integrantes das Zonas Residenciais terão uma taxa de ocupação horizontal máxima de 80% (oitenta por cento) de sua área total.

Parágrafo 1º - Todas as construções residenciais deverão obedecer a um recuo mínimo de 05 m. (cinco) metros em relação à divisa frontal do terreno e um mínimo de 1,50 mt. (um metro e cinquenta centímetros) em relação a, pelo menos, uma das laterais.

Parágrafo 2º - No recuo frontal não será permitida qualquer tipo de construção, à excessão de passarela de acesso de veículos, devendo ser totalmente ajardinada.

Parágrafo 3º - Quando o terreno for de esquina o recuo lateral será frontal à via ou logradouro Público.

Parágrafo 4º - 20% (Vinte por cento) dos terrenos das Zonas Residenciais deverão ser arborizadas com árvores ou arbustos decorativos ou frutíferos.

Art. 26 - Os lotes de terreno, atualmente existentes nas Zonas Residenciais, poderão ser desmembrados, desde que desse desmembramento não resulte área quadrada inferior a 125 m2 (cento e vinte e cinco metros quadrados).

CAPÍTULO III
DOS LOTES DE TERRENO DAS ZONAS MIXTAS

Art. 27 - Os lotes de terreno integrantes das Zonas Mixtas, quando utilizados para fins residenciais atenderão aos dispositivos

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - RO
Processo Legislativo
Nº. 006
Fl. 53

constantes do Capítulo II deste Título.

Art. 28 - Os lotes de terreno integrantes das Zonas Mixtas, quando utilizados para fins comerciais poderão ter uma utilização máxima horizontal de 80% (oitenta por cento) de sua área total.

Parágrafo 1º - Seja qual for a destinação do terreno, as construções obedecerão a um recuo frontal mínimo de 05 mt. (cinco) metros, dispensando o recuo lateral desde que atendidas as normas do Código de Obras, da segurança, da higiêne e da saúde.

Parágrafo 2º - O recuo frontal das construções para fins comerciais deverá ser inteiramente calçado.

Parágrafo 3º - Aos terrenos utilizados para fins comerciais, aplica-se o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 25 e no artigo 26 desta Lei.

CAPÍTULO IV
DOS LOTES DE TERRENO DAS ZONAS COMERCIAIS

Art. 29 - Os lotes de terrenos integrantes das Zonas Comerciais somente poderão ser utilizados para construções com fins comerciais e poderão ter uma utilização máxima de 80% (oitenta por cento) de sua área total.

Parágrafo 1º - Os lotes de terreno das Zonas Comerciais será admitida a construção de residência como anexo da construção, nos fundos.

Parágrafo 2º - Para as construções nas Zonas Comerciais os recuos frontal e lateral não serão exigíveis.

Parágrafo 3º - Os terrenos das Zonas Comerciais aplica-se o disposto no Parágrafo 4º do artigo 25 e no artigo 26 desta Lei.

CAPÍTULO V
DAS ZONAS INDUSTRIAIS

Art. 30 - Os terrenos das Zonas Industriais não poderão ter área inferior a 2.000 m2 (dois mil metros quadrados).

Parágrafo 1º - Os terrenos das Zonas Industriais existentes, na data da publicação desta Lei, com área inferior ao do Caput deste Artigo, poderão permanecer neste estado, a critério do órgão competente do Município.

Parágrafo 2º - Nos terrenos das Zonas Industriais será permitida uma taxa de ocupação horizontal de 60% (sessenta por cento).

Parágrafo 3º - As construções nos terrenos das Zonas industriais obedecerão a um recuo frontal mínimo de 06 mt. (seis) metros.

Parágrafo 4º - Se uma das laterais do terreno tiver uma Rua como lindeira, o recuo mínimo será de 03 mt. (três) metros.

Parágrafo 5º - Se as laterais do terreno não tiverem Ruas como lindeiras, as construções deverão obedecer a um recuo mínimo de 03 mt. (três) metros em relação a qualquer um dos lados do terreno.

Parágrafo 6º - Aos terrenos das Zonas Industriais aplica-se o disposto no Parágrafo 4º do Artigo 25 desta Lei.

Câmara Municipal
Processo Legislativo
Nº 002
Fl. 59
Colorado do Oeste - RO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 31 - Todas as construções novas, ampliações e reformas deverão ser objeto de planta, nos termos do Código de Obras, e deverão ser submetidas a aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento analisará o projeto, aprovando-o ou não, exclusivamente quanto às diretrizes específicas do Plano Diretor.

Art. 32 - As construções existentes que não estiverem de acordo com as normas do Plano Diretor, não poderão ser objeto de reformas ou ampliações a não ser que a reforma se destine a adequá-las às diretrizes vigentes.

Parágrafo Único - A simples pintura e remendos de reboco não serão considerados reforma.

Art. 33 - Nas Zonas Comerciais e nas Avenidas principais e transversais e na Avenida Rotatória 1 somente serão permitidas construções com a fachada frontal de alvenaria.

Art. 34 - Toda construção ou reforma clandestina,em desacordo com a presente Lei, será demolida, cobrando o Município, de seu proprietário, o custo dos serviços.

Parágrafo 1º - Verificada a infração, o Município notificará o proprietário para que efetue a adequação da obra a esta Lei, fixando-se-lhe o prazo previsto no Código de Obras.

Parágrafo 2º - O servidor municipal ou agente político que autorizar qualquer obra em desacordo com esta Lei, será multado em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da obra, além de submeter-se às sanções penais previstas no Código Penal.

Art. 35 - Todas as Empresas, atualmente estabelecidas fora de sua própria Zona, terão um prazo de 10 (dez) anos para promover sua mudança para a Zona adequada.

Art. 36 - Todas as construções, atualmente existentes, em desacordo com esta Lei, terão um prazo de 15 (quinze) anos para sua adequação.

Art. 37 - Adota-se para a Cidade Sede do Município,seus distritos e povoados, a política de expansão horizontal, ficando vedadas construções superiores a quatro pavimentos, além do subsolo, limitada a sua altura a 12,50 m.(doze metros e cinquenta centímetros) medida da via ou logradouro público.

Parágrafo Único - Excepcionalmente poderão ser permitidas construções superiores com maior número de pavimentos e com altura superior à fixada no Caput deste Artigo, mediante prévio estudo e aprovação do órgão competente.

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - RO
Processo Legislativo
N.º 002
Fl. 60

TITULO III
DA PROTEÇÃO ECOLÓGICA

Art. 38 - Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água que tenha sua nascente na Cidade, Distritos, Vilas e Povoados, ou os atravesse, com largura de até 10 m. (dez) metros, reservar-se-á uma faixa de proteção de 15 m. (quinze) metros de largura de cada lado.

Parágrafo 1º - Para os cursos d'água com mais de 10 m. (dez) metros, reservar-se-á uma faixa de proteção de 25 m. (vinte e cinco) metros de largura de cada lado.

Parágrafo 2º - Para a definição das faixas lindeiras dos cursos d'água considerar-se-á como ponto zero o alvéolo desses cursos.

Parágrafo 3º - Dentro da Zona Urbana, dispensar-se-á a proteção desde que os cursos d'água sejam canalizados ou drenados.

Art. 39 - Essas faixas de proteção serão totalmente arborizadas, devendo sê-lo com árvores ou arbustos típicos da região, sendo permitida a utilização de árvores frutíferas.

Art. 40 - A preservação das árvores plantadas nas calçadas será de exclusiva responsabilidade dos proprietários lindeiros.

Parágrafo Único - A destruição de cada árvore, sujeita o proprietário lindeiro a sua replanta e a multa equivalente a 01 (um) salário mínimo.

Art. 41 - A responsabilidade pelo ajardinamento e arborização dos canteiros centrais da Avenida e das faixa lindeiras dos cursos d'água, dentro do perímetro urbano, é de exclusiva responsabilidade do Município.

Parágrafo Único - Sujeitar-se-á a multa de um salário mínimo e à responsabilidade criminal quem danificar ou destruir qualquer porção de arborização ou ajardinamento urbano.

Art. 42 - Dentro do Perímetro Urbano da Cidade, Distritos, Vilas ou Povoados do Município somente será permitido o corte de qualquer árvore mediante autorização expressa do órgão Municipal competente e em condições tais que o corte não possa ser evitado.

Art. 43 - Deverá o Município construir e manter uma praça de 10.000 m2 (dez mil) metros quadrados para cada 200.000 (duzentos mil) habitantes do perímetro urbano.

Parágrafo Único - As praças deverão ser arborizadas em 40% (quarenta por cento) de sua área.

TÍTULO IV
DO SANEAMENTO BÁSICO
CAPÍTULO I
DA REDE DE ESGOTO

Art. 44 - A Cidade, os Distritos, as Vilas e povoados

Câmara Municipal
Processo
Legislativo
N.º 002
Fl. 01
Colorado do Oeste - RO

do Município serão dotados de rede de esgoto dimensionado para 50 (cinquenta) anos.

Parágrafo 1º - O Município deve dotar essas localidades de rede de esgoto no prazo de 15 (quinze) anos.

Parágrafo 2º - O dimensionamento da rede de esgotos será levando-se em conta a política de expansão urbana do Município.

Art. 45 - Será vedado o despejo da rede de esgotos nos cursos d' água dentro do perímetro urbano da Cidade, Distritos, Vilas e Povoados.

Art. 46 - Serão construídas nas faixas de preservação dos cursos d'água, emissários coletores de esgoto até o limite do perímetro urbano.

Parágrafo 1º - Esses emissários coletores serão, atendendo às condições do terreno, unificados.

Parágrafo 2º - As redes coletoras de esgotos, em seu término serão dotadas de estações de tratamento.

Parágrafo 3º - Os dejetos de esgoto poderão ser despejados nos cursos d'água após seu tratamento.

Parágrafo 4º - É vedado o despejo de águas pluviais na rede de esgotos.

CAPÍTULO II
DOS DESPEJOS INDUSTRIAIS

Art. 47 - É vedado às Indústrias, o despejo na rede coletora de rejeitos de qualquer tipo de produto químico não biodegrádavel.

Art. 48 - Toda Indústria, já estabelecida ou a ser instalada, deverá submeter à aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, entre os demais exigíveis, o projeto do Sistema de Esgotos.

Parágrafo 1º - Os dejetos industriais, se considerados não poluentes, poderão ser despejados na rede coletora de esgotos.

Parágrafo 2º - As Indústrias, cujos rejeitos sejam considerados poluentes, deverão ser dotadas de estação de tratamento própria.

Art. 49 - Todo rejeito industrial não tratável e não despejável na rede de esgotos, deverá ser removido pela própria empresa, às suas expensas, e depositado no aterro sanitário da Cidade.

Parágrafo Único - Essa remoção poderá ser feita pelo Município mediante pagamento, pela Empresa, do custo real do serviço.

Art. 50 - Toda Empresa Industrial poluente deverá submeter-se às exigências técnicas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, que determinará a instalação de qualquer equipamento necessário a seu funcionamento sem a poluição do ambiente.

Art. 51 - O Município poderá determinar sua suspensão ou encerramento das atividades de qualquer empresa poluente que não atenda às determinações antipoluentes desta Lei.

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - RO
Poder Legislativo
Nº 02
Fl. 62

Parágrafo 1º - Se a Secretaria Municipal de Desenvolvimento constatar qualquer atividade industrial poluidora, notificará para que tome as providências necessárias à evitar a poluição, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo 2º - Se a determinação não for atendida, a multa contra a Empresa, não será inferior a 50 (cinquenta) salários mínimos

Parágrafo 3º - Multada a empresa, ser-lhe-á concedida novo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo 4º - Esgotado o novo prazo sem o atendimento da determinação, as atividades da empresa serão suspensas por 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo 5º - Esgotado o prazo do Parágrafo anterior sem o atendimento da da determinação, as atividades da Empresa serão encerradas em caráter definitivo.

CAPÍTULO III
DO ATERRO SANITÁRIO

Art. 52 - A Cidade, os Distritos, as Vilas e Povoados deverão ser dotados de aterro sanitário.

Art. 53 - Os aterros sanitários deverão ser instalados fora do perímetro urbano e deverão atender às seguintes determinações:

I - não poderão ser instalados em vales ou depressões;

II - deverão ser instalados em local que impossibilite o escoamento de águas pluviais para as minas, nascentes e cursos d'água.

Art. 54 - Os aterros sanitários deverão ser cobertos, periodicamente, por produto decomponente.

Art. 55 - O lixo depositado nos aterros sanitários serão cobertos, diariamente com terra, não sendo permitida sua conservação exposta ao tempo.

Art. 56 - Os aterros sanitários serão circundados por uma faixa de terreno arborizada com 15 m. (quinze) metros de largura.

Art. 57 - Aplicar-se-ão aos terrenos sanitários as normas sanitárias Federais e Estaduais pertinentes.

Art. 58 - O controle e a fiscalização dos aterros sanitários e das Estações de Tratamento de Esgotos Municipais ou particulares será da responsabilidade de médico sanitarista, lotado na Divisão própria da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 59 - O Município deverá, no prazo máximo de 10 (dez) anos, instalar, diretamente ou através de concessão pública, Usina de Beneficiamento de Lixo Urbano.

CAPÍTULO IV
DO SISTEMA SANITÁRIO PRIVADO

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - Ro
Folhas 10
Processo
Legislativo
Nº 002
Fls. 63

Art. 60 - Nas ruas que não dispuserem de rede coletora de esgotos, estes serão dirigidos:

I - para uma caixa de passagem impermeabilizada;

II - desta caixa para uma fossa séptica impermeabilizada;

III - desta fossa séptica para um sumidouro profundo e convenientemente atijolado e vedado.

Parágrafo único - É proibido, a qualquer título o derrame de água servida na superfície dos terrenos ou das Vias e Logradouros Públicos.

Art. 61 - Nas Ruas que dispuserem de rede de esgotos, estes serão dirigidos:

I - para uma caixa de passagem impermeabilizada;

II - desta para uma fossa séptica impermeabilizada;

III - desta para a rede coletora de esgoto.

Art. 62 - Os infratores serão punidos com as seguintes penalidades e nas hipóteses seguintes:

I - Derrame de água servida na superfície do próprio terreno - 01 (um) salário mínimo de multa;

II - Derrame de água servida na superfície das Vias e Logradouros Públicos - 02 (dois) salários mínimos de multa;

III - Derrame de produtos indispejáveis na rede coletora de esgotos - 10 (dez) salários mínimos de multa;

IV - Ausência de fossa séptica - 05 (cinco) salários mínimos de multa.

Art. 63 - Os proprietários que não dispuserem, em suas construções, de caixa de passagem e fossa séptica, terão um prazo de 02 (dois) anos para as construírem.

Parágrafo 1º - O serviço sanitário do Município deverá efetuar o levantamento das construções existentes nessas condições e tomar as medidas sanitárias no prazo fixado.

Parágrafo 2º - O prazo concedido no Caput deste Artigo poderá ser desconsiderado em relação às situações consideradas intoleráveis pelos serviços sanitários do Município.

TÍTULO V
DO SISTEMA DE ÁGUA

CAPÍTULO I
DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Art. 64 - A Cidade, os Distritos, Vilas e Povoados do Município, serão dotados de sistema de captação e rede de distribuição de água.

Parágrafo Único - O Município terá um prazo de 15 (quinze) anos para construir sistemas que beneficiem todo o perímetro urbano nas localidades referidas no Caput deste Artigo.

Câmara Municipal
Visto
N.º 002
Fl. 64
Colorado do Oeste

Art. 65 - Toda água distribuída à população do Município deverá ser tratada, cabendo-lhe a construção de Estações de Tratamento.

Parágrafo único - Terá o Município um prazo de 20 (vinte) anos para a construção das Estações de Tratamento necessárias.

Art. 66 - As redes distribuidoras serão dimensionadas, tendo em vista a política de expansão horizontal do Município, definida no art. 37, e de modo a evitar-se a constante substituição da rede.

Parágrafo único - O dimensionamento deverá prever a expansão demográfica para os próximos 50 (cinquenta) anos.

Art. 67 - Toda água distribuída à população deverá ser, enquanto não construídas as estações de tratamento, tratadas primariamente segundo as normas sanitárias.

Art. 68 - Terá o Município, enquanto não se construir as estações de tratamento, um prazo de 03 (três) anos para a instalação de sistemas de filtramento da água a ser distribuida à população.

CAPÍTULO II
DO SISTEMA DE ÁGUA PARTICULAR

Art. 69 - Todas as construções deverão receber água da rede pública, sendo vedada a manutenção de poços nos terrenos lindeiros à rede de distribuição.

Art. 70 - As construções lindeiras às Ruas que não dispuserem de rede de distribuição de água, poderão servir-se de água retirada de poços.

Parágrafo 1º - A presente permissão é extensiva aos proprietários de terrenos lindeiros às ruas que dispuserem de rede deficitária de distribuição de água.

Parágrafo 2º - Os poços de água, para serem construídos, deverão dispor de autorização prévia do serviço sanitário do Município, que indicará o local próprio para a perfuração.

Art. 71 - Os poços de água deverão obedecer às normas sanitárias vigentes, serem ladrilhados em sua extensão de profundidade e fechados em sua parte superior por estrutura de alvenaria.

Art. 72 - A água será retirada dos poços através de sistema de abastecimento e depositado em caixas d'água apropriadas onde será, primariamente, tratada antes de sua utilização.

Parágrafo Único - Caberá ao serviço sanitário do Município orientar os proprietários quanto ao tratamento da água retirada dos poços.

Art. 73 - O serviço sanitário do Município inspecionará os poços existentes, determinando o aterramento daqueles que não atenderem aos requisitos sanitários.

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - RO
Processo
Legislativo
Nº 002
Fl. 65

Parágrafo Único - Os proprietários que não atenderem às determinações do serviço sanitário terão seus poços aterrados pelo Município, mediante a cobrança do custo e multa de 01 (um) salário mínimo.

Art. 74 - Toda construção deverá ter rede própria de distribuição interna e externa.

TÍTULO VI
DO SANEAMENTO BÁSICO RURAL

CAPÍTULO I
DO SISTEMA DE ESGOTOS

Art. 75 - O sistema de esgotos das propriedades rurais será dotado de caixas de passagem, fossa séptica e sumidouro, devendo ser utilizados na forma prevista no artigo 61.

Art. 76 - É proibido, a qualquer título, o derrame de água servida e esgotos na superfície dos terrenos ou nas nascentes e cursos d'água.

Art. 77 - Os chiqueiros, currais e assemelhados serão construídos em locais previamente indicados pelo serviço sanitário do Município e de modo a não poluir a própria propriedade, as nascentes e os cursos d'água.

Art. 78 - Os proprietários rurais não deverão admitir, em sua propriedade, a existência de águas paradas.

Art. 79 - Os pântanos e brejos existentes nas propriedades rurais deverão ser drenados através de canais, sem prejuízo do ecossistema.

CAPÍTULO II
DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 80 - As propriedades rurais que disponham de fontes, nascentes ou cursos d'água poderão captar, para uso na propriedade, a água necessária.

Parágrafo Único - As águas assim captadas deverão ser tratadas segundo orientação do serviço sanitário do Município.

Art. 81 - Os proprietários rurais poderão servir-se de postos para captação de água, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no artigo 71 usque 73.

CAPÍTULO III
DO LIXO RURAL

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - Ro
Legislativo
Nº 002
Fl. 66

Art. 82 - O lixo rural será depositado em aterro sanitário público ou construído dentro da própria propriedade.

Parágrafo Único - O aterro sanitário particular atenderá às mesmas normas estabelecidas para os aterros sanitários públicos, à excessão da faixa lindeira arborizada, que será de 05 m. (cinco) metros.

TÍTULO VII
DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I
DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DOMICILIAR

Art. 83 - Compete ao Município dotar as áreas urbanas da Cidade, Distritos, Vilas e Povoados de iluminação pública e domiciliar.

Art. 84 - Para construção do objetivo previsto no artigo Anterior, caberá ao Município tomar as seguintes providências:

I - ampliação permanente da rede de iluminação pública urbana através de contratos celebrados com a concessionária Estadual do serviço.

II - ampliação do fornecimento de iluminação domiciliar através de contratos celebrados com a concessionária Estadual do serviço.

III - ampliação permanente de iluminação pública e domiciliar através de instalação de unidades geradoras e rede de distribuição nos Bairros, Distritos, Vilas e Povoados.

Art. 85 - Para o custeio de manutenção dos bens e serviços referidos neste Capítulo, o Município cobrará:

I - contribuição de melhoria dos proprietários beneficiados com a instalação das unidades geradoras e rede de distribuição de energia elétrica, contenham ou não edificações as propriedades atingidas.

II - o preço do serviço prestado, pelo seu custo real, utilizado ou não:

a) o utilizado, através de medição;

b) o não utilizado, através de taxa mínima.

III - 20% (vinte por cento) do custo real destinado a constituição de fundos para ampliação e melhoria dos serviços.

Art. 86 - Essas unidades poderão ser colocadas sob a administração da concessionária Estadual, após sua instalação, através de Convênio.

CAPÍTULO II
DA ILUMINAÇÃO DOMICILIAR RURAL

Art. 87 - Terá o Município um prazo de 30 (trinta) anos para dotar de energia elétrica a Zona Rural.

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - Rondônia
Legislativo
Nº 002
Fls. 67

Parágrafo Único - Essa dotação poderá ser feita diretamente ou através de Convênio com a concessionária do Serviço Público Estadual.

Art. 88 - As obras necessárias efetuar-se-ão mediante a cobrança de Contribuição de Melhoria a ser paga pelos proprietários.

Art. 89 - Sua manutenção far-se-á pela cobrança do custo real do serviço, utilizado ou não, dos proprietários dos lotes beneficiados:

a) o utilizado, através de medição;
b) o não utilizado, através de taxa mínima.

Art. 90 - Cobrará o Município, também, 20% (vinte por cento) do custo real do serviço para constituição do Fundo de Ampliação e Melhoria dos Serviços.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 91 - Para o serviço de energia elétrica, o Município destinará mensalmente, 1% (um por cento) de sua arrecadação para constituição do Fundo de Capital.

Art. 92 - Fica criado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos o Setor de Energia Elétrica, com a competência necessária à execução deste Título.

TÍTULO VIII
DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 93 - O Sistema Municipal de Saúde será gerenciado pelo Secretário Municipal de Saúde e em permanente coordenação com os órgãos competentes de Saúde Estaduais e Federais.

Art. 94 - Os recursos necessários à Secretaria advirão de fontes diversas, sendo as principais:

I - 15% (quinze por cento), no mínimo, de toda a arrecadação municipal;
II - recursos oriundos de Convênios com os SUS;
III - recursos oriundos de Convênios com outros órgãos Estaduais, Federais e com a iniciativa privada.

Art. 95 - A Secretaria Municipal de Saúde, no desempenho de suas atividades, atuará em 03 (três) frentes simultâneas:

I - Saneamento Básico;
II - Medicina Preventiva;
III - Medicina de Reparação e Recuperação.

Câmara Municipal - Poder Legislativo - Nº 002 - Fl. 68 - Colorado do Oeste - RO

CAPÍTULO II
DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 96 - A Secretaria Municipal de Saúde contará com um Setor de Saneamento Básico, com a competência necessária à execução deste Título.

Parágrafo Único - O Setor deverá contar com agentes sanitários que atuarão tanto nas áreas urbanas, como na Zona Rural.

Art. 97 - Caberá ao Setor de Saneamento velar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas por esta Lei na área de sua competência.

Art. 98 - Na área urbana o Setor de Saneamento Básico deverá contar com um agente sanitário para cada 100 (cem) famílias.

Art. 99 - Na Zona Rural, o Setor de Saneamento Básico deverá contar com um agente sanitário para cada 30 (trinta) propriedades rurais.

Art. 100 - Os agentes sanitários atuarão como fiscais de saúde, agentes de saúde e agentes sanitários com funções específicas a serem estabelecidas em Regimento Interno do Departamento e visitarão cada moradia, no mínimo uma vez a cada 30 (trinta) dias para orientação e fiscalização.

CAPÍTULO III
DA MEDICINA PREVENTIVA

Art. 101 - A Medicina Preventiva do Município será coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde e atuará em permanente cooperação com os órgãos Federais e Estaduais.

Art. 102 - A Medicina Preventiva será praticada através de:

I - orientação básica;
II - vacinação.

Art. 103 - A orientação básica será dada pelos agentes sanitários, referidos nos artigos 98 e 99 desta Lei, que deverão ser convenientemente treinados.

Art. 104 - O Município deverá manter nas áreas urbanas, um Posto de Saúde para cada 3.000 (três mil) habitantes.

Art. 105 - O Município, na Zona Rural, deverá manter um Posto de Saúde para cada 3.000 (três mil) habitantes.

Art. 106 - Os Postos de Saúde serão dotados de atendentes de enfermagem treinados e de todo o equipamento inerente a essas unidades.

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - RO
Legislação
Nº 008
Fl. 69

CAPÍTULO IV
DA MEDICINA DE REPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO

Art. 107 - A Medicina de Reparação e Recuperação será coordenada pelo Departamento próprio da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 108 - O Município manterá um Pronto Socorro anexo a cada Posto de Saúde, na área urbana.

Art. 109 - Cada Posto de Saúde na Zona Rural será chefiado por um Agente de Saúde devendo manter permanente comunicação com o Médico de Plantão do Hospital mais próximo.

Art. 110 - Cada Pronto Socorro da área urbana será chefiado por um Médico Clínico Geral.

Art. 111 - Cada Pronto Socorro será dotado de todo equipamento inerente a esse tipo de Unidade.

Art. 112 - No Pronto Socorro far-se-á o atendimento primário e, havendo necessidade, o encaminhamento ao Hospital a que estiver jurisdicionado.

Art. 113 - Cada Pronto Socorro será dotado de uma ambulância, cabendo na dotação, a preferência às unidades mais distantes dos Hospitais.

Art. 114 - O Município deverá contar com uma Rede Hospitalar com 100 (cem) leitos para cada 20.000 (vinte mil) habitantes em média.

Art. 115 - O Município deverá manter um Hospital Principal, adequado de modo a evitar-se o encaminhamento do paciente para outros Municípios.

TÍTULO IX
DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 116 - A coordenação geral do Sistema de Educação e Cultura do Município compete à Secretaria Municipal de Educação em permanente cooperação com os órgãos Estaduais, Federais e com a iniciativa Privada.

Art. 117 - Os recursos necessários à Educação e Cultura do Município advirão de:

I - 25% (vinte e cinco por cento) da arrecadação total do Município;

II - convênios com os órgãos Estaduais e Federais;

III - convênios com a iniciativa privada.

Art. 118 - O Município deverá manter nas Zonas Urbanas:

Câmara Municipal - Colorado do Oeste - Ro
Doc. Legislativo
N.º 002
Fl. 70

I - no mínimo, um Colégio de 5ª a 8ª séries de 1º grau com 12 (doze) salas de aula para cada 1.000 (uma mil) famílias;
II - no mínimo, 01 (uma) sala de aula de 1ª a 4ª série para cada 30 (trinta) famílias;
III - escolas de Ensino Especial, para deficientes, com professores especializados;
IV - em Convênio com o MEC, uma Faculdade de Administração Rural.

Art. 119 - O Município, na Zona Rural deverá manter no mínimo, uma sala de aula de 1ª a 4ª séries de 1º grau para cada 30 (trinta) famílias.

Art. 120 - O Município deverá manter um serviço de transporte escolar da Zona Rural para as áreas urbanas, gratuito, para atender aos alunos de 2º grau.

Art. 121 - O Município deverá manter, na Zona Rural, um Centro Educacional de 5ª a 8ª séries de 1º grau, atendidos por serviço de transporte escolar gratuito, para cada 20 (vinte) Escolas de 1ª a 4ª séries de 1º grau.

Art. 122 - Manterá o Município, Cursos de Ensino Supletivo de 1º grau, anexos a cada Escola de 5ª a 8ª séries de 1º grau.

Art. 123 - Manterá o Município, cursos de ensino alfabetizante anexo a todas as Escolas Rurais e Urbanas.

Parágrafo Único - Deverá o Município, através de Convênios com Empresas da iniciativa Privada com mais de 30 (trinta) empregados, promover cursos de alfabetização programada, na própria Empresa, por prazo determinado.

TÍTULO X
DA AÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 124 - O Município deverá manter programas, em caráter permanente, de ação social:

I - na área de saneamento básico;
II - na área de medicina preventiva;
III - na área de medicina de reparação e recuperação;
IV - na área de trabalho;
V - na área de moradia.

Parágrafo 1º - A ação social, nas áreas referidas nos ítens I, II, III serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo 2º - A ação social, nas áreas dos itens IV e V, serão coordenadas pelo Gabinete do Prefeito.

Câmara Municipal - Ro
Colorado do Oeste
Poder Legislativo
Nº 002
Fl. 71

CAPÍTULO II
DAS MORADIAS

Art. 125 - O Município destinará 1% (um por cento) de toda sua arrecadação durante os próximos 10 (dez) anos para a constituição do Fundo de Construção de Moradias para famílias carentes.

Art. 126 - O Município captará para esse mesmo fim, recursos dos órgãos Estaduais, Federais e da iniciativa Privada, através de Convênios.

Art. 127 - As moradias construídas com recursos do Município serão vendidas, com garantia hipotecária, às famílias selecionadas pela Assessoria, em condições de pagamento viável, vinculados à equivalência salarial.

Parágrafo Único - Os recursos advindos das prestações reverterão ao Fundo para a construção de novas moradias.

Art. 128 - As moradias construídas através de Convênios terão sua destinação e a forma desta executadas nos termos estabelecido no Contrato.

CAPÍTULO III
DO TRABALHO

Art. 129 - O Município, através da Assessoria própria do Município promoverá e manterá:

I - serviço de colocação de mão-de-obra;
II - cursos profissionalizantes;
III - hortas comunitárias.

Parágrafo Único - O Município destinará 0,5% (meio por cento) de toda sua arrecadação para constituição do Fundo de Ação Social do Trabalho.

Art. 130 - O Gabinete do Prefeito buscará, junto à Indústria, ao Comércio, aos proprietários agrícolas e às famílias, os empregos existentes, colocando-se à sua disposição para preenchimento das vagas existentes.

Art. 131 - Manterá o cadastro das pessoas desempregadas e, dentre estas, retirará os empregados a serem indicados aos possíveis empregadores.

Art. 132 - A Assessoria do trabalho velará para que os empregados por ela colocados, goze de todos os seus direitos trabalhistas.

Art. 133 - O Município manterá, também, serviço de colocação de trabalhador menor de idade atendidas às normas do Estatuto da

Câmara Municipal - Colorado do Oeste
Processo Legislativo
Nº 002
Fl. 72

Infância e da Juventude e às normas trabalhistas pertinentes.

Art. 134 - O Município manterá cursos profissionalizantes dirigidos para as áreas de carência de mão-de-obra especializada em cooperação com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 135 - O Município manterá na periferia das áreas urbanas, hortas comunitárias, que deverão ser trabalhadas por pessoas sem habilitação profissional e desempregadas, com a assistência de Técnico Agrícola de Nível Médio ou Superior.

Art. 136 - O Município fornecerá o terreno, as ferramentas, as sementes e os insumos necessários, cabendo às pessoas atendidas a mão-de-obra.

Art. 137 - A comercialização será feita sob a supervisão da Assessoria que reterá 20% (vinte por cento) da renda para reposição do material a ser aplicado, das sementes, insumos e ferramentas.

Art. 138 - A Assessoria do Trabalho elaborará um Regulamento próprio para a implantação das hortas comunitárias.

CAPÍTULO IV
DA CULTURA

Art. 139 - Cabe ao Município promover e desenvolver a Cultura do Município, sob a coordenação de uma Divisão ou Departamento anexo à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - O Município destinará, mensalmente, 1% (um por cento) de toda sua arrecadação para aplicação no desenvolvimento da Cultura.

Art. 140 - O Município atuará na área da Cultura, através da:

I - manutenção de Bibliotecas Públicas;
II - manutenção de cursos de artes em geral;
III - promoção de eventos culturais.

Art. 141 - O Município deverá manter uma Biblioteca Pública além de uma biblioteca anexa a cada Escola de 5ª a 8ª séries e de 2º grau.

Parágrafo Único - A Faculdade de Administração Rural deverá ter como anexo, uma biblioteca especializada.

TÍTULO XI
DO ESPORTE

Art. 142 - O Município, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, promoverá o desenvolvimento e a manutenção do espor-

Câmara Municipal - Estado de Rondônia
Poder Legislativo
N.º 009
Fl. 13
Colorado do Oeste - Ro

te na sua área territorial, através de seu Departamento ou Divisão.

Art. 143 - Para essa finalidade o Município destinará 5% (cinco por cento) de toda sua arrecadação.

Parágrafo Único - O Município deverá, também, captar recursos junto a iniciativa Privada, através de Convênios, patrocínios e locação de espaços promocionais nas Quadras Esportivas.

Art. 144 - O Município deverá construir e manter uma Quadra Poliesportiva anexa a cada Escola Rural e Urbana de 1ª a 8ª séries, de 2º grau e de Nível Universitário.

Parágrafo 1º - Essas Quadras Poliesportivas destinar-se-ão ao uso dos alunos, além da Comunidade através dos Clubes Esportivos, de equipe de trabalhadores da iniciativa Privada, de equipes populares e outros.

Parágrafo 2º - O Departamento ou Divisão de Esportes manterá o Regulamento próprio para a utilização das Quadras Esportivas.

TÍTULO XII
DA PROTEÇÃO ECOLÓGICA RURAL

Art. 145 - Aplicam-se à Zona Rural do Município as normas Federais pertinentes, cabendo ao Município zelar pelo seu cumprimento, principalmente no que se refere a proteção das florestas, das nascentes e dos cursos d'água.

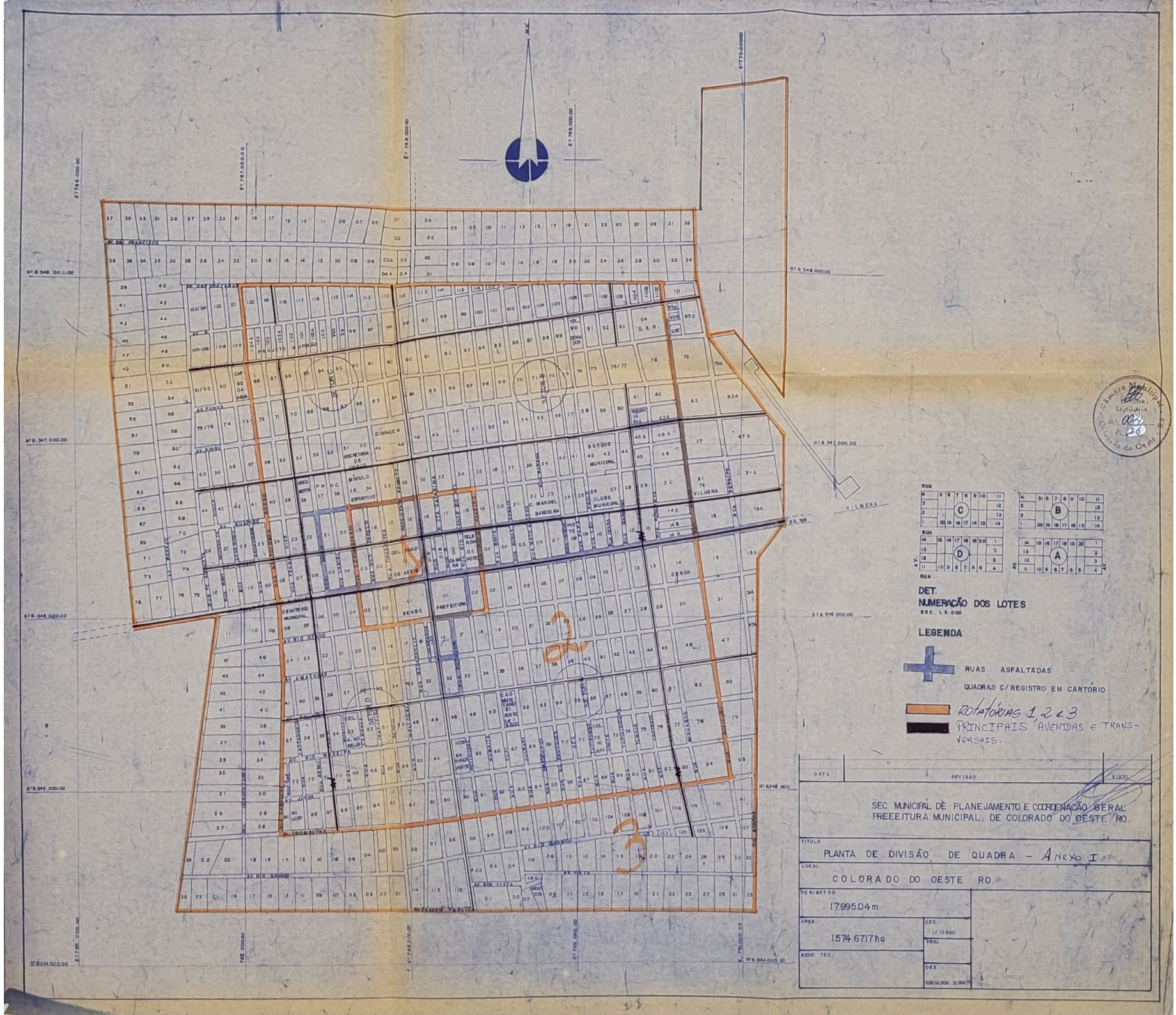
TÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 146 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, por Decreto, os cargos referidos nesta Lei ou adaptar os existentes.

Art. 147 - A remuneração dos cargos que se criarem serão equivalentes aos já existentes.

Art. 148 - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON MOREIRA
Prefeito Municipal


AV. SÃO FRANCISCO
AV. RIO MADEIRA
AV. PURUS
AV. JURUÁ
AV. RIO NEGRO
AV. AMAZONAS
AV. RIO MAMORÉ
AV. RIO BRANCO
AV. BOA VISTA
AV. TIETÊ
AV. TROMBETAS
AV. RIO ARINOS
AV. RIO GUAPORÉ
AV. RIO MADEIRA
AV. RIO JURUENA
AV. RIO ROOSEVELT
AV. RIO ARIPUANÃ
AV. RIO MACHADO
AV. RIO PIMENTA BUENO
AV. RIO SEPOTUBA
AV. RIO COMEMORAÇÃO
AV. RIO ROLIM DE MOURA
AV. RIO BONITO
AV. RIO CANDEIAS
AV. RIO JAMARI
AV. RIO PRETO
AV. RIO BRANCO
AV. RIO ABUNÃ
AV. RIO MADEIRA
AV. RIO JURUENA
AV. RIO ROOSEVELT
AV. RIO ARIPUANÃ
AV. RIO MACHADO
AV. RIO PIMENTA BUENO
AV. RIO SEPOTUBA
AV. RIO COMEMORAÇÃO
AV. RIO ROLIM DE MOURA
AV. RIO BONITO
AV. RIO CANDEIAS
AV. RIO JAMARI
AV. RIO PRETO
AV. RIO BRANCO
AV. RIO ABUNÃ
E=798.000.00
E=797.000.00
E=796.000.00
E=795.000.00
E=794.000.00
E=793.000.00
E=792.000.00
N=8.548.000.00
N=8.547.000.00
N=8.546.000.00
N=8.545.000.00
N=8.544.000.00
N=9.548.000.00
N=8.547.000.00
N=8.546.000.00
N=8.546.000.00
N=8.544.000.00
RO 399
VILHENA
RUA
AV.
C
B
D
A
DET.
NUMERAÇÃO DOS LOTES
ESC. 1:5.000
LEGENDA
RUAS ASFALTADAS
QUADRAS C/ REGISTRO EM CARTÓRIO
ROTATÓRIAS 1, 2 e 3
PRINCIPAIS AVENIDAS E TRANSVERSAIS.
1
2
3
DATA
REVISÃO
VISTO
SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE RO.
TITULO
PLANTA DE DIVISÃO DE QUADRA - ANEXO I
LOCAL
COLORADO DO OESTE RO
PERIMETRO
17995.04m
AREA
1574.6717ha
ESC.
1/12500
PROJ.
RESP. TEC.
DES
EDENILSON SCHMITT
Câmara Municipal
Legislativo
002
26
Colorado do Oeste